

# *Monitor Legislativo*

*Atualizado em 12/06/17.*

<i>Relações Trabalhistas .....</i>	<i>Pág. 02 a 16</i>
<i>Tributário .....</i>	<i>Pág. 18 a 18</i>
<i>Institucional .....</i>	<i>Pág. 19 a 22</i>
<i>Financiamento / BNDES .....</i>	<i>Pág. 23 a 28</i>
<i>Lei de Licitações .....</i>	<i>Pág. 29 a 40</i>
<i>Lei de Concessões de Serviços Públicos .....</i>	<i>Pág. 41 a 42</i>
<i>Lei Geral de Seguros Privados .....</i>	<i>Pág. 43</i>
<i>LDO 2018 .....</i>	<i>Pág. 44</i>

*Atualizado em 12/06/17 1*

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PL 4653/94](#) - Dep. Paulo Paim (PT-RS) - Reduz a **jornada de trabalho** para 40 horas semanais.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **16/06/94** - Apresentação. **12/04/12** - Despacho atual: às Comissões de Seguridade Social e Família - CSSF (mérito); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

**Situação:** Na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, aguardando parecer do relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS).

**Próximo Passo:** Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS.

[PEC 231/95](#) - Dep. Inácio Arruda (PCdoB-CE) - Reduz a **jornada de trabalho** para 40 horas semanais.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **11/10/95** - Apresentação. **24/10/95** - Despacho à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Admissibilidade). Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Especial. **26/11/96** - Aprovada a admissibilidade da proposta, nos termos do parecer do relator, Dep. Nilson Gibson (PMDB-PE). **30/06/09** - Aprovada na Comissão Especial, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Vicentinho (PT-SP).

**Situação:** No Plenário, aguardando inclusão na Ordem do Dia para discussão e votação em 1º turno.

**Próximo Passo:** Comissão Especial (para elaboração e votação da redação para o 2º turno).

[PLS 89/07](#) - Sen. Paulo Paim (PT-RS) - Dispõe sobre a **participação** dos trabalhadores **nos lucros** ou resultados da empresa.

**Casa:** Senado.

**Histórico:** **09/03/07** - Apresentação. **10/03/15** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Armando Monteiro (PTB-PE).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

Atualizado em 12/06/17 2

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**[PL 6356/05](#)** - Dep. Vicentinho (PT-SP) - Regulamenta a **demissão coletiva**.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **07/12/05** - Apresentação. **19/12/05** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **31/10/12** - Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Renato Moling (PP-RS).

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando parecer do relator, Dep. Silvio Costa (PSC-PE).

**Próximo Passo:** Se rejeitado também pela CTASP, vai ao arquivo, salvo se houver recurso em Plenário.

**[MSC 59/08](#)** - Poder Executivo - Ratifica Convenção 158 da OIT (**Demissão Arbitrária**).

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **20/02/08** - Apresentação. **10/06/14** - Despacho atual: às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade. **02/07/08** - Aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN, o [parecer](#) do relator, Dep. Júlio Delgado (PSB-MG), pela rejeição. **10/08/11** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, o [parecer](#) do relator, Dep. Sabino Castelo Branco (PTB-AM), pela rejeição.

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Plenário.

Atualizado em 12/06/17 3

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PL 6911/06](#) - Dep. Luiz Alberto (PT-BA) - Fixa em 15% do lucro líquido a participação dos trabalhadores quando houver recusa da empresa à negociação coletiva.

**Casa:** Câmara.

**Histórico:** **12/04/06** - Apresentação. **16/05/07** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **20/11/13** - Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), com [Substitutivo](#).

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB).

**Parecer:** Pela rejeição deste e dos PLs 5271/09, 694/11, 961/11, 2581/11 e do 4088/12, apensados, das Emendas 1/13 e 2/13 todas da CTASP, do Substitutivo 1 da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e das Emendas nºs 1, 2 e 3 apresentadas ao Substitutivo 1 da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[PL 258/15](#) ([íntegra](#)) - Dep. Carlos Bezerra (PMDB-M) - Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

**Histórico:** **09/02/15** - Apresentação. **25/02/15** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **13/09/16** -

**Situação:** Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES).

**Parecer:** Pela rejeição deste, e do PL 813/2015, apensado.

**Próximo Passo:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

**Anexado(s):**

[PL 813/15](#) ([íntegra](#)) - Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE) - Altera o artigo 2º da Lei 10.101/00, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa.

Atualizado em 12/06/17 4

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**PLC 30/15** - Dep. Sandro Mabel (PR-GO) - Dispõe sobre os contratos de **terceirização** e as relações de trabalho deles decorrentes.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **28/04/15** - Apresentação. **29/03/17** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

**Anexado(s):** [PLS 300/15](#), [PLS 554/15](#), [PLC 195/15](#) e [PLS 339/16](#).

**PL 7206/10** - Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP) e outros - Dispõe sobre a inclusão do **critério epidemiológico** de caracterização da natureza acidentária da incapacidade, no estabelecimento do nexos causal entre o trabalho e o agravo.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **28/04/10** - Apresentação. **10/07/12** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); de Seguridade Social e Família - CSSF (mérito); de Finanças e Tributação - CFT (Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Regime de tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF.

Atualizado em 12/06/17 5

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PL 1780/07](#) - Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA) - Dispõe sobre a **estabilidade** provisória **do trabalhador** vítima de acidente de trabalho que apresenta redução na capacidade laboral.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **15/08/07** - Apresentação. **29/08/07** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); de Seguridade Social e Família (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando [parecer \(em reexame\)](#) do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-MA).

**Parecer em reexame:** pela rejeição deste PL 1.780/2007, e de seus apensados: PL 7.217/2010, PL 727/2011, PL 2.073/ 2011, PL 3.797/2012, PL 4.816/2012, PL 3.987/2012, PL 5.180/2013, PL 5.221/2013, PL 7.349/2014, PL 7.647/2014 e PL 2.537/2015.

**Próximo Passo:** Comissão de Seguridade Social e Família.

[PL 7202/10](#) - Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP) - Dispõe sobre situação equiparada ao acidente de trabalho ao segurado do Regime Geral de Previdência Social. Estabelece que, independentemente de ser ou não por motivo de disputa relacionada ao trabalho, a **ofensa moral** intencional no ambiente de trabalho deve ser considerada acidente de trabalho.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **28/04/10** - Apresentação. **05/05/10** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); de Seguridade Social e Família (mérito); de Finanças e Tributação (Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **10/11/10** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Vicentinho (PT-SP), com Substitutivo.

**Situação:** Na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, aguardando parecer do relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

**Próximo Passo:** Comissão de Finanças e Tributação.

Atualizado em 12/06/17 6

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**PLS 296/11** - Sen. Vital do Rêgo (PMDB-PB) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da empresa - para fins de **negociação coletiva** - prestar informações sobre sua situação econômica e financeira, no prazo de sete dias, a contar da formalização do pedido pelo sindicato profissional.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **31/05/11** - Apresentação. **07/02/12** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Econômicos - CAE; e de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

**PLS 228/11 - Complementar** - Sen. Paulo Paim (PT-RS) - Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador da construção civil.

**Casa:** Senado.

**Histórico:** **10/05/11** - Apresentação. **25/02/14** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE (já ouvida); de Assuntos Sociais - CAS (já ouvida); e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ. **24/09/13** - Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO). **20/11/13** - Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, nos termos do [parecer](#) do relator "ad hoc", Sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando parecer do relator, Sen. Roberto Requião (PMDB-PR).

**Próximo Passo:** Plenário.

**PL 2774/11** - Dep. Andre Moura (PSC-SE) - Regulamenta a profissão de pedreiro e cria o piso salarial nacional da categoria de R\$ 1.500,00.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **24/11/11** - Apresentação. **01/12/11** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando parecer do relator, Dep. Bebeto (PSB-BA).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Atualizado em 12/06/17 7

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PL 5746/05](#) - do Sr. Marcelo Crivella (PRB-SP) - Altera a CLT, para reduzir de 60Kg para 30Kg o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **12/08/05** - Apresentação. **09/10/13** - Despacho atual: à Comissão Especial, em substituição às Comissões de Seguridade Social e Família (mérito); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (mérito); de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa) - Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade. **28/11/07** - Rejeitado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nos termos do [parecer](#) vencedor do relator, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS). **18/04/12** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do [parecer](#) da relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO). **11/09/13** - Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, nos termos do [parecer reformulado](#) do relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE).

**Situação:** Na Mesa Diretora, aguardando constituição e instalação de [Comissão Especial](#).

**Obs.:** Há requerimento assinado por vários líderes partidários, solicitando urgência para votação da matéria. Se aprovado, o projeto poderá ser incluído na pauta do Plenário, independentemente da instalação da Comissão Especial.

**Próximo Passo:** Plenário

[PL 2409/11](#) - Dep. Roberto Balestra (PP-GO) - Dispõe que o tempo de deslocamento do empregado até o local de trabalho, e o seu retorno, não integra a jornada de trabalho.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **28/09/11** - Apresentação. **14/06/13** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação das Comissões - Regime de tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA).

**Parecer:** Favorável, com [substitutivo](#).

**Obs.:** Apresentado [voto em separado](#) pelo Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), pela aprovação do [texto original do PL 2409/11](#).

**Obs.:** Apresentado [voto em separado](#) pelo Dep. Silvio Costa (PSC-PE), pela aprovação do [texto original do PL 2409/11](#), e pela rejeição do substitutivo do relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PLS 218/16](#) - Sen. Ricardo Ferraço (PSDB/ES) - Altera a CLT para instituir o contrato de trabalho intermitente.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **31/05/16** - Apresentação. **11/04/17** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e de Assuntos Sociais - CAS.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando parecer do relator, Sen. Armando Monteiro (PTB-PE).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

[PL 3146/15](#) - Sen. Romero Jucá (PMDB-RR) - Disciplina o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **29/09/15** - Apresentação. **01/10/15** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP; e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Prioridade.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE).

**Parecer:** pela aprovação do PL 3146/15, e pela rejeição da Emenda nº 8 e dos apensados Projetos de Lei nºs 1939/07, 7448/10, 2362/11 e 3223/12.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

[PLS 513/07](#) - Sen. Paulo Paim (PT-RS) - Dispõe sobre o exercício do direito de greve, a fim de impossibilitar a utilização do interdito proibitório na hipótese que menciona (as empresas não poderão se utilizar da ação de interdito proibitório, de que trata o art. 932 Código de Processo Civil, se o movimento grevista for pacífico).

**Casa:** Senado

**Histórico:** **03/09/07** - Apresentação. **10/03/15** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando parecer da relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

Atualizado em 12/06/17 9

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**PEC 287/16** - Poder Executivo - Altera a Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição (Reforma da Previdência).

**Casa:** Câmara dos Deputados

**Histórico:** **05/12/16** - Apresentação. **06/12/16** - Despacho atual: à Comissão Especial - CESP. **03/05/17** - Aprovado na Comissão Especial - CESP, o parecer do relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), favorável à PEC, com substitutivo ([íntegra](#)).

**Situação:** No Plenário, pronta para ser incluída na pauta de votação (Ordem do Dia), em primeiro turno.

**Próximo Passo:** Comissão Especial (para elaboração e votação da redação para o segundo turno).

**PL 4137/12** - do Sr. Paulo Davim (PV-RN) - Obriga a promoção de ações de imunização necessárias à proteção dos trabalhadores expostos ao risco de doenças infectocontagiosas.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **27/06/12** - Apresentação. **10/07/12** - Despacho atual: às Comissões de Seguridade Social e Família (mérito); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa) - Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Prioridade. **28/08/13** - Aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. João Ananias (PCdoB-SP). **04/11/15** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o [parecer](#) do relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), favorável ao projeto, com emenda.

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Senado, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

**PL 4193/12** - Dep. Irajá Abreu (PSD-TO) - Altera a CLT, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **11/07/12** - Apresentação. **13/08/12** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Regime de Tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando [parecer \(em reexame\)](#) do relator, Dep. Silvio Costa (PSC-PE).

**Parecer em reexame:** Pela aprovação do [PL 4193/12](#) e pela prejudicialidade do [PL 7341/14](#), apensado.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Atualizado em 12/06/17 10

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PLS 365/12](#) - Sen. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) - Altera a CLT, para dispor sobre o pagamento concorrente dos adicionais de insalubridade e periculosidade, em caso de ocorrência de ambas as condições.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 16/10/12 - Apresentação. 03/02/15 - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Raimundo Lira (PMDB-PB).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Anexado(s):**

[PLS 185/13](#) - Sen. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) - Altera a CLT, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres.

[PLS 432/13](#) - Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição - Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 18/10/13 - Apresentação. 03/02/16 - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ. 11/11/14 - Aprovado na Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Romero Jucá (PMDB-RR), com [substitutivo](#).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Sen. Paulo Paim (PT-RS).

**Parecer:** Favorável, com substitutivo.

**Próximo Passo:** Plenário da Câmara ou do Senado, conforme a alternância prevista no [art. 142 do Regimento Comum do Congresso Nacional](#).

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**PLC 33/13** - Dep. Dra. Clair (PT-PR) - Altera a CLT para dispor sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **29/05/13** - Apresentação. **03/02/15** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Sociais - CAS (já ouvida); de Assuntos Econômicos - CAE; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. **04/09/13** - Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Jayme Campos (DEM-MT).

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Lindbergh Farias (PT-RJ).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

**PLS 242/13** - Sen. Fernando Collor (PTB-AL) - Desonera o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **20/06/13** - Apresentação. **08/05/14** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Assuntos Sociais - CAS. **04/09/13** - Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Paulo Paim (PT-RS).

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer da relatora, Sen. Regina Sousa (PT-PI).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS (para parecer às [emendas de Plenário](#))

**PLC 103/15** - Dep. Paulo Pereira da Silva (SD-SP) e outros - Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **20/08/15** - Apresentação. **20/08/15** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH; de Assuntos Sociais - CAS; e de Assuntos Econômicos - CAE.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Atualizado em 12/06/17 12

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**PL 1231/15** - Dep. Vicentinho Júnior (PSB-TO) - Altera a Lei 8.213/91, para incluir mecanismos de facilitação da contratação de pessoas com deficiência na iniciativa privada e medidas de compensação a serem adotadas quando a cota mínima não puder ser alcançada por razões alheias à vontade do empregador.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **22/04/15** - Apresentação. **15/05/15** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando votação do [parecer \(em reexame\)](#) do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB).

**Parecer em reexame:** Pela aprovação, com emenda, e pela rejeição da [Emenda 1/15 da CTASP](#).

**Próximo Passo:** Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD.

**Anexado(s):**

**PL 6709/16** - Dep. Laercio Oliveira (SD-SE) - Altera a Lei 8.213/91, para estabelecer condição para a não aplicação de penalidade à empresa que não conseguir cumprir o percentual de contratação de pessoa com deficiência exigido em lei.

**PL 6366/16** - Dep. Rejane Dias (PT-PI) - Altera a Lei 8.213/91, que dispõe sobre Cotas para a inclusão de pessoas com deficiência, para facultar às empresas a contratar o pai ou a mãe ou o responsável por pessoa com deficiência.

**PL 1748/11** - Sen. Valdir Raupp (PMDB-RR) - Dispõe sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **01/07/11** - Apresentação. **03/08/11** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP; e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Prioridade.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Deputado Vicentinho (PT-SP).

**Parecer:** Pela aprovação deste, do PL 3.360/2008, apensado, e da emenda apresentada nesta Comissão, com substitutivo; e pela rejeição do PL 4.609/09, apensado.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

Atualizado em 12/06/17 13

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PL 1762/15](#) - Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT) - Torna opcional a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **01/06/15** - Apresentação. **10/06/15** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS (mérito); de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Regime de tramitação: Ordinária. **24/05/16** - Aprovado na CDEICS, o [parecer](#) do relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), pela aprovação deste, e do PL 1950/2015, apensado, com [substitutivo](#).

**Situação:** Na Comissão de Finanças e Tributação - CFT, aguardando parecer do relator, Dep. João Gualberto (PSDB-BA).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

[PLS 190/16](#) - Sen. Douglas Cintra (PTB-PE) - Altera a CLT para dispor sobre o trabalho multifuncional.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **03/05/16** - Apresentação. **03/05/16** - Despacho atual: à Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, aguardando votação do parecer do relator, Sen. Wilder Moraes (PP-GO).

**Parecer:** Pela aprovação, com emendas.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PLC 38/17](#) - Poder Executivo - Altera a CLT e as Leis 6019/74, 8036/90 e 8212/91, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho (Reforma Trabalhista).

**Casa:** Senado

**Histórico:** **28/04/17** - Apresentação. **31/05/17** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; de Assuntos Sociais - CAS; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ. **06/06/17** - Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, o parecer do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES), favorável ao projeto ([Íntegra do parecer aprovado](#)).

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

**Parecer:** Pela aprovação do PLC 38/17, mas com recomendações ao Executivo no sentido de vetar alguns dispositivos.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Atualizado em 12/06/17 14

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

**PLS 274/12 - Complementar** - Sen. Pedro Taques (PDT-MT) - Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. Regulamenta a proteção da relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa; considera arbitrária ou sem justa causa toda a despedida que, comprovadamente, não se fundar na prática de falta grave ou em motivos econômicos e financeiros relevantes; define o que é motivos econômicos e financeiros relevantes; especifica o que é assegurado ao empregado despedido de forma arbitrária ou sem justa causa; dispõe que a lei não se aplica ao empregado doméstico.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 17/07/12 - Apresentação. 03/02/15 - Despacho atual: à Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Sen. José Pimentel (PT-CE).

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**Próximo Passo:** Plenário.

**PLS 149/14** - Sen. Cidinho Santos (PMDB-MT) - Altera a CLT, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho no que tange à instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, para dispor que a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita, salvo se, nos dois anos anteriores à verificação da infração, o empregador já tenha recebido orientação oficial sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 30/04/14 - Apresentação. 17/04/17 - Despacho atual: às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC, aguardando parecer do relator, Sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Atualizado em 12/06/17 15

## RELAÇÕES TRABALHISTAS

[PL 8294/14](#) - Dep. Fábio Ramalho (PV-MG) - Dispõe sobre a livre estipulação das relações contratuais de trabalho.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **17/12/14** - Apresentação. **22/12/14** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinária.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB).

**Parecer:** Pela aprovação.

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

[PLS 138/17](#) - Sen. Armando Monteiro (PTB-PE) - Dispõe sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **08/05/17** - Apresentação. **08/05/17** - Despacho atual: às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.



## TRIBUTÁRIO

**[PLP 277/08](#)** - Deputados Luciana Genro (PSOL-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ) e Ivan Valente (PSOL-SP) - Institui o **Imposto sobre Grandes Fortunas**.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **26/03/08** - Apresentação. **20/09/12** - Despacho atual: às Comissões de Seguridade Social e Família (mérito); de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). **09/06/10** - Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Régis de Oliveira (PSC-SP).

**Situação:** No Plenário, pronto para ser incluído na pauta (Ordem do Dia). Pendente de parecer das Comissões de Seguridade Social e Família; e de Finanças e Tributação.

**Próximo Passo:** Senado.

**Anexado(s):**

1. [PLP 26/11](#) - Dep. Amauri Teixeira (PT-BA) - Institui Imposto sobre Grandes Fortunas - IGF sobre o valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
2. [PLP 48/11](#) - Dep. Dr. Aluizio (PV-RJ) - Cria a Contribuição Social das Grandes Fortunas (CSGF) para financiar a saúde pública. (Obs.: Antes da anexação, o projeto chegou a receber parecer da relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, mas não veio a ser votado. ([Integra do parecer](#)).
3. [PLP 62/11](#) - Dep. Cláudio Puty (PT-PA) - Dispõe sobre a tributação sobre grandes fortunas sobre valor superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).
4. [PLP 130/12](#) - Dep. Paulo Teixeira (PT-SP), e outros - Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no art. 153, VII, da Constituição Federal.
5. [PLP 2/15](#) - Dep. Sarney Filho (PV-MA) - Institui o Imposto Sobre Grandes Fortunas - ISGF.
6. [PLP 6/15](#) - Dep. Hissa Abrahão (PPS-AM) - Dispõe sobre instituição de imposto sobre grandes fortunas (IGF).
7. [PLP 10/15](#) - Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ) - Cria a Contribuição Social sobre Grandes Fortunas (CSGF).
8. [PLP 11/15](#) - Dep. Valmir Assunção (PT-BA) - Institui Imposto sobre Grandes Fortunas - IGF, regulamentando o Inciso VII do Art. 153 da Constituição Federal.
9. [PLP 281/16](#) - Dep. João Derly (REDE-RS) - Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas.
10. [PLP 294/16](#) - Dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE) - Regulamenta o inciso VII do artigo 153 da Constituição Federal (Imposto sobre Grandes Fortunas).
11. [PLP 302/16](#) - Dep. Giuseppe Vecchi (PSDB-GO) - Regulamenta o inciso VII do artigo 153 da Constituição Federal (Imposto sobre Grandes Fortunas).
12. [PLP 324/16](#) - Deps. Flavinho (PSB-SP), Givaldo Carimbão (PHS-AL) e Joaquim Passarinho (PSD-PA) - Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas.
13. [PLP 335/16](#) - Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA) - Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), e dá outras providências.

Atualizado em 12/06/17 17

## TRIBUTÁRIO

**[MPV 780/17](#)** - Poder Executivo - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

**Casa:** Congresso

**Histórico:** **22/05/17** - Apresentação. **22/05/17** - Despacho atual: à Comissão Mista. **29/05/17** - Encerrado o prazo de emendas, tendo sido apresentadas 55 emendas ([íntegra](#)). Apresentado o Sumário Executivo ([íntegra](#)), o Quadro Comparativo ([íntegra](#)) e Nota Técnica da Consultoria de Orçamento ([íntegra](#)).

**Situação:** Na Comissão Mista, aguardando parecer do relator, Sen. Wilder Moraes (PP-GO).

**Próximo Passo:** Plenário da Câmara.

**Prazo final de validade da MPV (120 dias):** 02/10/17.

**[MPV 783/17](#)** - Poder Executivo - Institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**Casa:** Congresso

**Histórico:** **31/05/17** - Apresentação. **31/05/17** - Despacho atual: à Comissão Mista. **06/06/17** - Encerrado o prazo de emendas, tendo sido apresentadas 309 emendas ([íntegra](#)). Apresentado o Sumário Executivo ([íntegra](#)), o Quadro Comparativo ([íntegra](#)) e Nota Técnica da Consultoria de Orçamento ([íntegra](#)).

**Situação:** Na Comissão Mista, aguardando instalação (eleição do presidente: senador, do vice: deputado, e designação do relator: deputado; e do relator-revisor: senador).

**Próximo Passo:** Plenário da Câmara.

**Prazo final de validade da MPV (120 dias):** 11/10/17.

**[MPV 784/17](#)** - Poder Executivo - Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliário.

**Casa:** Congresso

**Histórico:** **08/06/17** - Apresentação. **08/06/17** - Despacho atual: à Comissão Mista. **12/06/17** - Apresentado o Sumário Executivo ([íntegra](#)). **14/06/17** - Prazo para apresentação de emendas.

**Situação:** Na Comissão Mista, aguardando instalação (eleição do presidente: deputado, do vice: senador, e designação do relator: senador; e do relator-revisor: deputado).

**Próximo Passo:** Plenário da Câmara.

**Prazo final de validade da MPV (120 dias):** 19/10/17.

Atualizado em 12/06/17 18

## INSTITUCIONAL

**PL 7448/17** - Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG) - Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657, de 1942), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público. Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657, de 1942), dispositivos (arts. 20 a 29) referentes à criação, interpretação e aplicação de normas administrativas.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **19/04/17** - Apresentação. **08/05/17** - Despacho atual: à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Regime de tramitação: prioridade.

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, aguardando parecer do relator, Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG). Abertura do prazo de 05 sessões, para apresentação de emendas, a partir de quinta-feira, 08/06/17 (1ª sessão).

**Próximo Passo:** Sanção presidencial, desde que não sofra alterações de mérito. Se for modificado, retorna ao Senado.

**PLC 126/15** - Dep. Hugo Leal (PSC-RJ) - Estabelece normas sobre a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Dispõe sobre os pressupostos essenciais da responsabilidade, o dano, o nexo de causalidade, as causas excludentes ou limitativas, o ressarcimento administrativo do dano, o direito de regresso, a responsabilidade civil do estado pela atuação dos tribunais ou conselhos de contas, a responsabilidade civil do estado quanto ao exercício da função jurisdicional, a responsabilidade do estado em decorrência do exercício das funções institucionais do ministério público e a prescrição. Revoga o art. 1º-C da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **09/09/15** - Apresentação. **09/09/15** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Plenário.

## INSTITUCIONAL

[PL 2412/07](#) - Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP) - Dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, define critérios para o processamento administrativo das execuções fiscais. (**Obs.:** Tramitam em conjunto os projetos de lei: [PL 5080/09](#), [PL 5081/09](#) e [PL 5082/09](#), todos do Poder Executivo, referentes ao 2º Pacto Republicano).

**Casa:** Câmara

**Histórico:** 12/11/07 - Apresentação. 11/02/15 - Despacho atual: à Comissão Especial. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade.

**Situação:** Na Comissão Especial, aguardando parecer do relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

**Próximo Passo:** Plenário.

[PLC 101/14](#) - [Dep. Carlos Bezerra \(PMDB-MT\)](#) - Altera o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e inclui a Internet como veículo de publicação.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 19/11/14 - Apresentação. 24/11/14 - Despacho atual: às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT; e de Assuntos Sociais - CAS.

**Situação:** Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, aguardando parecer do relator, Sen. Hélio José (PMDB-DF).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

[PL 3636/15](#) - Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) - Determina que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério Público.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** 16/11/15 - Apresentação. 18/11/15 - Despacho atual: à Comissão Especial - CESP.

**Situação:** Na Comissão Especial - CESP, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Andre Moura (PSC-SE).

**Parecer:** Favorável, com emendas.

**Próximo Passo:** Plenário.

Atualizado em 12/06/17 20

## INSTITUCIONAL

[PLS 654/15](#) - Senador Romero Jucá (PMDB-RR) - Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **29/09/15** - Apresentação. **14/10/15** - Despacho atual: à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa. **25/11/15** - Aprovado na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional - CEDN, o [parecer](#) do relator, Sen. Blairo Maggi (PR-MT), com [emendas](#). [Texto Consolidado](#).

**Situação:** No Plenário, aguardando votação (em regime de urgência).

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados.

[PL 3729/04](#) - Dep. Luciano Zica (PT-SP) e outros - Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal. Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **08/06/04** - Apresentação. **20/12/13** - Despacho atual: às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito); de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (mérito); de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Urgente. **14/05/14** - Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Moreira Mendes (PSD-RO), com [substitutivo](#). **14/10/15** - Aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Ricardo Trípoli (PSDB-SP), com [complementação de voto](#).

**Situação:** Em regime de urgência, tramita simultaneamente nas Comissões de Finanças e Tributação - CFT, onde aguarda votação do [parecer](#) do relator, Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS), favorável, com [substitutivo](#); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, pendente de parecer do relator, Dep. Marcos Rogério (DEM-RO).

**Próximo Passo:** Plenário.

Atualizado em 12/06/17 21

## INSTITUCIONAL

**PLS 204/16 - Complementar** - Sen. José Serra (PSDB-SP) - Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação. Permite aos entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado.

**Casa:** Senado.

**Histórico:** **10/05/16** - Apresentação. **10/05/16** - Despacho atual: à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Romero Jucá (PMDB-RR).

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados.

**PL 3337/15** - Dep. Vicente Candido (PT-SP) - Dispõe sobre a cessão de créditos da Dívida Ativa da União a pessoas jurídicas de direito privado.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **20/10/15** - Apresentação. **17/11/15** - Despacho atual: às Comissões de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Regime de tramitação: ordinária.

**Situação:** Na Comissão de Finanças e Tributação - CFT, aguardando parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer (PSL-PR), às [07 emendas](#) apresentadas ao [substitutivo](#).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

**PLS 135/17** - Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG) - Dispõe sobre a arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública.

**Casa:** Senado.

**Histórico:** **04/05/17** - Apresentação. **04/05/17** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

Atualizado em 12/06/17 22

## FINANCIAMENTO / BNDES

**[PLS 26/14 - Complementar](#)** - Sen. Alvaro Dias (PSDB-PR) - Altera a Lei Complementar 105/01, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

**Casa:** Senado.

**Histórico:** **06/02/14** - Apresentação. **06/02/14** - Despacho atual: às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e de Assuntos Econômicos - CAE. **23/04/15** - Aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), com 03 emendas. **24/08/16** - Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, o [parecer](#) do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PMDB-ES), favorável ao Projeto com as [Emendas n°s 1 a 3-CRE](#).

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Jorge Viana (PT-AC).

**Próximo Passo:** Plenário.

**[PRS 2/14](#)** - [Sen. Ana Amélia \(PP-RS\)](#) - Altera a Resolução 50/93, do Senado Federal, para dispor sobre as operações de financiamento externo das agências financeiras oficiais de fomento, as quais serão submetidas à deliberação do Senado Federal com todas as informações pertinentes.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **10/02/14** - Apresentação. **10/02/14** - Despacho atual: à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

**Próximo Passo:** Plenário.

## FINANCIAMENTO / BNDES

**PRS 11/13** - [Sen. José Agripino \(DEM-RN\)](#) - Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando os §§ 3º e 4º ao art. 99, para disciplinar o comparecimento trimestral do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento de investimentos em todos os segmentos da economia nos quais o Banco atua, incluindo-se as suas dimensões social, regional e ambiental.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **05/03/13** - Apresentação. **17/10/13** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Reforma do Regimento Interno.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando [parecer \(em reexame\)](#) do relator, Sen. Romero Jucá (PMDB-RR).

**Parecer em reexame:** Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ

**Próximo Passo:** Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

**PLS 145/15 (íntegra)** - Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) - Dispõe sobre o direcionamento obrigatório de financiamentos do BNDES, para assegurar o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com o percentual mínimo de 35% dos financiamentos àquelas regiões.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **24/03/15** - Apresentação. **24/03/15** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; e de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa. **08/07/15** - Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, o [parecer](#) do relator, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), pela aprovação deste PLS 145/15, com uma emenda.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.



## FINANCIAMENTO / BNDES

[PLP 297/13](#) - [Dep. Cesar Colnago \(PSDB-ES\)](#) - Excetua do sigilo das operações financeiras as de financiamento e participação acionária realizadas pelo BNDES.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** 10/07/13 - Apresentação. 18/07/13 - Despacho atual: às Comissões de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Prioridade.

**Situação:** Na Comissão de Finanças e Tributação, aguardando parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima (PMDB-BA)

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Anexado(s):**

1. [PLP 327/13](#) - [Dep. Rosane Ferreira \(PV/PR\)](#) - Excetua do sigilo bancário as operações financeiras realizadas com a utilização de recursos públicos.
2. [PLP 390/14](#) - [Dep. Mendonça Filho \(DEM-PE\)](#) - Exclui as diversas modalidades de apoio financeiro do BNDES, que tenham como contraparte ou beneficiário Estados estrangeiros ou empresas localizadas no exterior, do sigilo das operações de instituições financeiras.
3. [PLP 7/15](#) - Dep. Paulo Foletto (PSB-ES) - Excetua as operações realizadas pelo BNDES, ou por suas subsidiárias, do dever de sigilo das instituições financeiras.
4. [PLP 9/15](#) - [Bilac Pinto \(PR/MG\)](#) - Excetua do sigilo das instituições financeiras as operações realizadas pelo BNDES para o financiamento de projetos no exterior.
5. [PLP 113/15](#) - Excetua do dever de sigilo as operações de financiamento e crédito realizadas pelo BNDES em projetos de investimento no exterior.

Atualizado em 12/06/17 25

## FINANCIAMENTO / BNDES

[PL 4015/15 \(íntegra\)](#) - Dep. Ronaldo Carletto (PPB/BA) - Estabelece a concessão prioritária de empréstimos pelo BNDES a empresas que tenham maior capacidade de gerar empregos no país.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **15/12/15** - Apresentação. **04/01/16** - Despacho atual: às Comissões de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinária.

**Situação:** Na Comissão de Finanças e Tributação - CFT, aguardando parecer da relatora, Dep. Simone Morgado (PMDB-PA).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

[PLP 70/15 \(íntegra\)](#) - Dep. Diego Andrade (PSD-MG) - Dispõe sobre medidas de empréstimos dos Bancos públicos Brasileiros para outros Países.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **07/05/15** - Apresentação. **15/05/15** - Despacho atual: às Comissões de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Prioridade.

**Situação:** Na Comissão de Finanças e Tributação - CFT, aguardando parecer do relator, Dep. Manoel Junior (PMDB-PB).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

**Anexado(s):**

1. [PLP 91/2015 \(íntegra\)](#) - Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC) - Proíbe o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de conceder crédito para a realização de obras no exterior.

## FINANCIAMENTO / BNDES

**PL 2855/15** ([íntegra](#)) - Dep. João Rodrigues (PSC/SC) - Proíbe a utilização de recursos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para realização de obras de infraestrutura fora do território nacional conforme disposto e dá outras providências.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **02/09/15** - Apresentação. **11/09/15** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); de Finanças e Tributação - CFT (adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinária.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, aguardando votação do [parecer](#) da relatora, Dep. Erica Kokay (PT-DF).

**Parecer:** Pela rejeição.

**Próximo Passo:** Comissão de Finanças e Tributação - CFT.

**PL 5815/16** ([íntegra](#)) - Dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE) - Estabelece limites ao BNDES para financiar exportação de serviços, nos termos que especifica.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **12/07/16** - Apresentação. **09/08/16** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS (mérito); de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinária.

**Situação:** Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS, aguardando parecer do relator, Dep. Júlio Cesar (PSD-PI).

**Próximo Passo:** Comissão de Finanças e Tributação - CFT.

## FINANCIAMENTO / BNDES

[PL 5839/16 \(íntegra\)](#) - Dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE) - Estabelece condições para a concessão de financiamentos pelo BNDES.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **13/07/16** - Apresentação. **09/08/16** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS (mérito); de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinária.

**Situação:** Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS, aguardando parecer do relator, Dep. Júlio Cesar (PSD-PI).

**Próximo Passo:** Comissão de Finanças e Tributação - CFT.

## LEI DE LICITAÇÕES

[PL 4302/12](#) - Dep. Laercio Oliveira (SD-SE) - Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **09/08/12** - Apresentação. **27/08/12** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **25/09/13** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Augusto Coutinho (DEM-PE). **09/12/15** - Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, o [parecer](#) da relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita pública, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos orçamentário e financeiro públicos, e, quanto ao mérito, voto pela aprovação do PL 4302/12.

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO).

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

**Próximo Passo:** Senado, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PL 3009/97](#) - Sen. Carlos Patrocínio (DEM-TO) - Obriga inclusão de eclusas, equipamentos e procedimentos para proteção da fauna aquática, no curso da água em construções de barragens.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **23/04/97** - Apresentação. **08/11/07** - Despacho atual: às Comissões de Minas e Energia (mérito); de Viação e Transportes (mérito); de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Prioridade. **29/03/00** - Aprovado na Comissão de Minas e Energia, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Pedro Bittencourt (PFL-SC). **24/10/07** - Aprovado na Comissão de Viação e Transportes, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Eliseu Padilha (PMDB-RS). **16/10/13** - Aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), favorável ao Substitutivo aprovado na Comissão de Viação, com subemenda.

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Senado, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

Atualizado em 12/06/17 29

## LEI DE LICITAÇÕES

[PL 1292/95](#) - Sen. Lauro Campos (PT-DF) - **Lei de Licitações**. Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **30/11/95** - Apresentação. **09/06/05** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). **12/11/03** - Rejeitado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Luciano Castro (PR-RR). **10/11/04** - Rejeitado na Comissão de Finanças e Tributação, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. João Leão (PP-BA).

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando parecer do relator, Dep. Evandro Gussi (PV-SP).

**Próximo Passo:** Plenário.

[PL 2470/07](#) - Dep. Paulo Teixeira (PT-SP) - Altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93), para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **22/11/07** - Apresentação. **05/12/07** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); de Seguridade Social e Família (mérito); de Finanças e Tributação (Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **16/06/10** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Edgar Moury (PMDB-PE), com [substitutivo](#). **13/07/11** - Aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Henrique Afonso (PV-AC). **19/10/11** - Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Pepe Vargas (PT-RS).

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Felipe Maia (DEM-RN).

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do [substitutivo](#) da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

**Próximo Passo:** Senado, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

Atualizado em 12/06/17 30

## LEI DE LICITAÇÕES

[PLS 323/12](#) - Sen. Gim Argelo (PTB-DF) - Altera a Lei de Licitações, para estabelecer mecanismo de contratação de mulheres em serviços e obras públicas.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **28/08/12** - Apresentação. **03/02/15** - Despacho atual: às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. **04/07/13** - Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do [parecer](#) da relatora, Sen. Angela Portela (PT-RR).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PLS 480/11](#) - Sen. Lindbergh Farias (PT-RJ) - Veda a adoção prévia, pelo edital de licitação, de variação de índices de preços como critério de reajuste de valores referentes a despesas estabelecidas nos contratos.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **16/11/11** - Apresentação. **16/11/11** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PLS 271/12](#) - Sen. Lobão Filho (PMDB-MA) - Altera a Lei de Licitações: limita em 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em obras, serviços ou compras.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **17/07/12** - Apresentação. **17/07/12** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

## LEI DE LICITAÇÕES

[PL 2124/11](#) - Dep. Valadares Filho (PSB-SE) - Obriga a contratação de jovens de 18 a 29 anos no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **24/08/11** - Apresentação. **16/09/11** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP (mérito); de Finanças e Tributação - CFT (mérito, adequação financeira e orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Prioridade. **12/08/15** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, o [parecer](#) da relatora, Deputada Gorete Pereira (PR-CE), favorável.

**Situação:** Na Comissão de Finanças e Tributação - CFT, aguardando parecer da relatora, Dep. Pollyana Gama (PPS-SP).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

[PL 5414/09](#) - Dep. Sueli Vidigal (PDT-ES) - Prazo para **juízo** dos processos de irregularidades junto ao TCU.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **10/06/09** - Apresentação. **02/07/09** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **09/12/09** - Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Gladson Cameli (PP-AC), com Substitutivo. **05/09/12** - Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ). **16/10/12** - Apresentados recursos pelos deputados Ricardo Izar (PSD-SP) e Paes Landim (PTB-PI), submetendo o projeto à deliberação no Plenário.

**Situação:** No Plenário, pronto para pauta (Ordem do Dia).

**Próximo Passo:** Senado.



## LEI DE LICITAÇÕES

**PL 4749/09** - Dep. Celso Russomanno (PP-SP) - Eleva a dez anos a **responsabilidade do empreiteiro** pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis (Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 para 10 anos).

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **19/02/09** - Apresentação. **26/08/15** - Despacho atual: às Comissões de Desenvolvimento Urbano (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário. **26/11/15** - Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU, o [parecer](#) do relator, Dep. Miguel Haddad (PSDB-SP), pela aprovação do [PL 4749/09](#), principal, e de seu apenso, PL 243/11, na forma do [substitutivo](#).

**Situação:** Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA).

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação do PL 4749/09, na forma do [Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU](#).

**Próximo Passo:** Senado, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

**PLS 5/11** - Sen. Magno Malta (PR-ES) - Inclui exigências quanto a **critérios de sustentabilidade ambiental** nas normas gerais de licitações e contratos.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **03/02/11** - Apresentação. **05/04/11** - Despacho atual: às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. **31/05/12** - Aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Waldemir Moka (PMDB-MS). **04/12/12** - Aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Acir Gurgacz (PDT-RO), que conclui pela aprovação do Substitutivo da CMA.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando parecer do relator, Sen. Jorge Viana (PT-AC).

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

## LEI DE LICITAÇÕES

[PLS 56/12](#) - Sen. Pedro Taques (PDT-MT) - Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **19/03/12** - Apresentação. **13/02/14** - Despacho atual: às Comissões de Serviços de Infraestrutura - CI; de Assuntos Econômicos - CAE; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ. **20/08/13** - Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, o [parecer](#) do relator, Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), favorável ao Projeto com as Emendas n°s 14 a 20, renumeradas como Emendas n°s 1-CAE a 7-CAE, rejeitando a Emenda n° 21, de autoria do Senador Armando Monteiro. **26/08/15** - Aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, o [parecer](#) do relator "ad hoc", Sen. Waldemir Moka (PMDB-MS), em substituição ao Sen. Paulo Bauer (PSDB-SC), com a Emenda 22-CI.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo recurso para votação em Plenário.

[PL 2659/11](#) - Dep. Beto Faro (PT-PA) - Determina a observância do princípio do conteúdo local nas aquisições de bens e contratações de serviços nos empreendimentos de exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **08/11/11** - Apresentação. **16/11/11** - Despacho atual: às Comissões de Minas e Energia (mérito); de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Minas e Energia, aguardando parecer do relator, Dep. José Rocha (PR-BA).

**Próximo Passo:** Comissão de Finanças e Tributação - CFT.

## LEI DE LICITAÇÕES

[PLS 360/11](#) - Sen. Vital do Rego (PMDB-PB) - Concessão Aeroportuária.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 28/06/11 - Apresentação. 08/09/16 - Despacho atual: à Comissão Especial do PLS 258/16 - Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CEAERO).

**Situação:** Na Comissão Especial do [PLS 258/16](#) - CEAERO, aguardando parecer do relator, Sen. José Maranhão (PMDB-PB).

**Próximo Passo:** Plenário.

[PLS 496/11](#) - Sen. Vital do Rêgo (PMDB-PB) - Torna obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 22/08/11 - Apresentação. 22/08/11 - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PLS 584/11](#) - Sen. Humberto Costa (PT-PE) - Altera a Lei de Licitações, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 19/09/11 - Apresentação. 19/09/11 - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. 24/05/17 - Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, nos termos do parecer do relator, Sen. José Pimentel (PT-CE), favorável ao projeto. ([integra do parecer aprovado](#)).

**Situação:** Na Mesa Diretora, aguardando apresentação de emendas durante o prazo de 05 a 09/06/17.

**Próximo Passo:** Se houver emendas, o projeto retorna à CCJ. Do contrário, ficará pronto para ser incluído na pauta do Plenário (Ordem do Dia).

Atualizado em 12/06/17 35

## LEI DE LICITAÇÕES

[PLS 87/12](#) - Sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) - Altera a Lei de Licitações, para criar o cadastro de pessoas físicas e jurídicas impedidas de licitar e contratar com a administração pública.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 10/04/12 - Apresentação. 10/04/12 - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PLS 118/12](#) - Sen. Lúcia Vânia (PSDB-GO) - Altera a Lei de Licitações para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 24/04/12 - Apresentação. 29/05/12 - Despacho atual: às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura - CI; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. 13/11/12 - Rejeitado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Anibal Diniz (PT-AC). 19/03/14 - Prejudicado na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Plenário.

[PLS 181/12](#) - Sen. Pedro Taques (PDT-MT) - Altera a Lei de Licitações, para vedar a dispensa de licitação por baixo valor para a contratação de cônjuges e parentes de servidor ou empregado do órgão ou entidade contratante, bem como para estabelecer pena diferenciada para a modalidade culposa do crime previsto no art. 89.

**Casa:** Senado

**Histórico:** 30/05/12 - Apresentação. 30/05/12 - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para votação em Plenário.

## LEI DE LICITAÇÕES

[PLS 192/12](#) - Sen. Sérgio de Souza (PMDB-PR) - Altera a Lei de Licitações para determinar a imediata rescisão do contrato no caso de haver fundados indícios do envolvimento ou utilização da contratada em atividades relacionadas ao crime organizado ou a outro tipo de atividade criminosa.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **06/06/12** - Apresentação. **06/06/12** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Arquivo, salvo se houver recurso em Plenário.

[PLS 254/12](#) - Sen. Blairo Maggi (PR-MT) - Altera a Lei de Licitações para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas referentes aos empregados alocados na execução do contrato.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **11/07/12** - Apresentação. **11/07/12** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. **21/05/13** - Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Roberto Requião (PMDB-PR).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

[PLS 195/13](#) - Sen. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) - Altera a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **21/05/13** - Apresentação. **21/05/13** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando parecer do relator, Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

Atualizado em 12/06/17 37

## LEI DE LICITAÇÕES

[PLS 236/12](#) - Sen. José Sarney (PMDB-PA) - Reforma do Código Penal Brasileiro. Dispõe sobre os crimes contra o sistema de licitações públicas.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **09/07/12** - Apresentação. **13/05/15** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania - CCJ. **17/12/13** - Aprovado na Comissão Temporária de Reforma do Código Penal, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Pedro Taques (PDT-MT), com [Substitutivo](#).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Plenário.

[PLC 37/13](#) - Dep. Osmar Terra (PMDB-RS) - Cota de 3% nas licitações de obras públicas para pessoas atendidas pela política sobre drogas.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **04/06/13** - Apresentação. **04/06/13** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Assuntos Econômicos - CAE; de Assuntos Sociais - CAS; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH. **29/10/14** - Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), com voto favorável, acolhendo as [emendas 01, 02, 03, 07 e 08](#), nos termos de [emenda substitutiva](#) que apresenta, e contrário às [emendas 04, 05, 06 e 09](#). **14/12/16** - Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, o [parecer](#) do relator, Sen. Lasier Martins (PDT-RS), com emendas.

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer da relatora, Sen. Lídice da Mata (PSB-BA).

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

[PL 6814/17](#) - Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações e Contratos - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **03/02/17** - Apresentação. **09/02/17** - Despacho atual: à Comissão Especial - CESP. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade.

**Situação:** Na Mesa Diretora, aguardando criação e instalação da Comissão Especial - CESP.

**Próximo Passo:** Comissão Especial.

## LEI DE LICITAÇÕES

**[PLS 426/13](#)** - Sen. Alvaro Dias (PSDB-PR) - Altera a Lei 8.666/93, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

**Casa:** Senado

**Histórico:** **14/10/13** - Apresentação. **14/10/13** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

**[PL 4889/12](#)** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Estabelece alterações na Lei dos Crimes Ambientais, visando maior proteção ao meio ambiente. Dispõe sobre penas previstas na lei de interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e a proibição de contratar com o Poder Público e de obter subsídios ou doações.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **19/12/12** - Apresentação. **20/02/13** - Despacho atual: à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS. **28/08/13** - Aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS, nos termos do [parecer](#) do relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), com [Substitutivo](#).

**Situação:** No Plenário, aguardando votação.

**Próximo Passo:** Senado

**[PLS 401/13](#)** - Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei 8.666/93, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **01/10/13** - Apresentação. **01/10/13** - Despacho atual: às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. **02/12/14** - Aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, nos termos do [parecer](#) do relator, Sen. Acir Gurgacz (PDT-RO).

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG).

**Parecer:** Favorável, com uma emenda de redação.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

## LEI DE LICITAÇÕES

**PLS 274/16** - Sen. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) - Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade seguro setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.).

**Casa:** Senado

**Histórico:** **05/07/16** - Apresentação. **05/07/16** - Despacho atual: à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.



## LEI DE CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

[PL 3928/12](#) - Dep. Hugo Motta (PMDB-PB) - Dispõe sobre a extinção da obrigatoriedade de que contratos de concessão contenham cláusula de reajuste de tarifas.

**Casa:** Câmara

**Histórico:** **23/05/12** - Apresentação. **11/06/12** - Despacho atual: às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); de Finanças e Tributação (mérito, Adequação Financeira e Orçamentária); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinário.

**Situação:** Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO).

**Parecer:** Pela rejeição.

**Próximo Passo:** Comissão de Finanças e Tributação.

[PLC 8/13](#) - Dep. Esperidião Amin (PP-SC) - Concede isenção de pagamento de pedágio aos que possuam residência permanente ou exerçam atividades profissionais permanentes no município em que se localiza praça de cobrança de pedágio.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **01/04/13** - Apresentação. **01/04/13** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Serviços de Infraestrutura - CI; e de Assuntos Econômicos - CAE. **13/03/16** - Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, o [parecer](#) do relator, Sen. Benedito de Lira (PP-AL), Senador Benedito de Lira, que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável ao Projeto e contrário às Emendas n°s 1 e 2.

**Situação:** Na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

## LEI DE CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**PLS 291/13** - Sen. Cyro Miranda (PSDB-GO) - Regula a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **15/07/13** - Apresentação. **15/07/13** - Despacho atual: às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle - CMA; e de Serviços de Infraestrutura - CI, em decisão terminativa. **11/03/14** - Aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle - CMA, nos termos do [parecer](#) do relator "ad hoc", Sen. Ivo Cassol (PP-RO), em substituição ao Sen. Luiz Henrique (PMDB-SC).

**Situação:** Na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, aguardando votação do [parecer](#) do relator, Sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

**Parecer:** pela aprovação, com substitutivo.

**Próximo Passo:** Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para votação em Plenário.

**PLS 444/13** - Sen. Paulo Bauer (PSDB-SC) - Institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **24/10/13** - Apresentação. **03/02/17** - Despacho atual: às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa. **03/12/14** - Aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, o parecer do relator, Sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), favorável ao projeto nos termos do [substitutivo](#).

**Situação:** Na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Romero Jucá (PMDB-RR).

**Próximo Passo:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

## LEI GERAL DE SEGUROS PRIVADOS

**[PLC 29/17](#)** - Dep. Eduardo Cardozo (PT-SP) - Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado e revoga dispositivos do Código Civil, do Código Comercial Brasileiro e do Sistema Nacional de Seguros Privados.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **12/04/17** - Apresentação. **19/04/17** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e de Assuntos Econômicos - CAE.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

**[PLS 477/13](#)** - Sen. Humberto Costa (PT-PE) - Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado.

**Casa:** Senado

**Histórico:** **12/11/13** - Apresentação. **12/11/13** - Despacho atual: às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

**Situação:** Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, aguardando [parecer \(em reexame\)](#) do relator, Sen. Roberto Rocha (PSB-MA).

**Parecer em reexame:** Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta.

**Próximo Passo:** Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

## LDO 2018

[PLN 1/17](#) - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018.

**Casa:** Congresso Nacional

**Histórico:** 13/04/17 - Apresentação. 17/04/17 - Despacho atual: à Comissão Mista de Orçamento - CMO.

**Situação:** Na Comissão Mista de Orçamento - CMO, aguardando designação de relator.

**Próximo Passo:** Plenário.